BR AN, BSB ATO.68.6, p. 1/29

SP/DC/MJ
INCLUSO

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SERVIÇO PÚBLICO

-7 JUL 1619 96 000000

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAPRO
DC/CGSG/MJ
08000.023518/96-67

0139/96
26/02/96

SERVIÇO NACIONAL DE PROTOCOLO
– SENAPRO –

INTERESSADO: IDALINA MARIA PINTO - viúva

ASSUNTO: ONOFRE PINTO
na Lista Nº 105

CÓDIGO:

OUTROS DADOS:

reunião dia 20/06/96

08_405
NE282

conf. diária: 18.11.96 e 23.12.96 → já encaminhada

MOVIMENTAÇÕES

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

ANQUINL-JL

Celia Vieira F. Lopes
Analista de Finanças e Controle
Matr 3.013.090-5

VERIFICADO CONTÁBILMENTE
04/02/97
Responsável

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:

SEDAP/PR – IMPRESSO Nº 47

A 10.68.6,p.2/29

MINIST STI
CC 0

-7 001 16 1 96 000000

DIVISÃO DE COMUNICAÇÕES

Exmo. Sr.
Dr. Miguel Reale Jr.
Presidente da Comissão Especial do
Ministério da Justiça

---SIAPRO---
DC/CGSG/MJ
08000.023518/96-67

Eu, IDALINA MARIA PINTO, brasileira, do lar, RG nº 1.658.661-X/SP, CPF nº 856.882.668-72, residente na Rua Santo Antônio 1210 ap. 32 - São Paulo - SP, nos termos da Lei 9.140 de 04/12/95, e na qualidade de viúva do desaparecido político, ONOFRE PINTO, devidamente qualificado no Anexo I da prefalada Lei, venho respeitosamente requerer a Vossa Senhoria:

1) a localização e entrega de seus restos mortais, conforme o previsto no Inciso II, Artigo 4º e Artigo 8º; e

2) a indenização prevista no inciso III do Artigo 4º da supra Lei citada.

9º CARTÓRIO DE NOTAS
DR. ANTONIO FRIGO GUARITA - Tabelião Interino
Rua Quirino de Andrade, 237 - Fone 258-2611 - SP
Reconheço por semelhança a firma
Idalina Maria Pinto
São Paulo 15 de FEV do 1996
Em Testo da verdade
Valor Recebido por assinatura R$ 0,70
SELOS RECOLHIDOS POR VERBA
O LUIZ MARIN O MOACIR GARDINAL
O SERGIO FILIPPINI
SERGIO FILIPPINI
Escrev. Autorizado

Termos em que,
p. deferimento.

São Paulo, 14 de fevereiro de 1996.

Idalina Maria Pinto
IDALINA MARIA PINTO

P.S.: anexas cópias autenticadas do RG (com o número do CPF) da requerente e do Atestado de Óbito do desaparecido político, além de dossiê e xerox de artigos de jornais referentes ao caso.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PUBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

9101-7

Idalina Maria Pinto

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.658.661-X

DATA DE EXPEDIÇÃO 29/JUN/95

NOME IDALINA MARIA PINTO

FILIAÇÃO ANTONIO DOMINGUES CHAGAS

E FELICIA ANTUNES CHAGAS

NATURALIDADE JACUPIRANGA -SP

DATA DE NASCIMENTO 07/JUL/1933

DOC. ORIGEM SÃO PAULO SP
BELA VISTA
CC:LV.B106/FLS.80 /N.024619

CPF 856882668/72

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº7.116 DE 29/08/83

ATO 68.639

ATO. 68.6, p. 4/23

9. CARTORIO VILA MARIANA
Rua Dr. Neto de Araújo, 63
Bel. Antonio Paulo Antunes
Oficial
AUTENTICAÇÃO
Confere com o original, (Verso e Anverso) Dou fé.
S.P., 23 JAN 1996
Bel.ª Ana Ap. Ferreira Tristão
Bel.ª Virgínia Luísa Nicolau
Pedro Dorjó de Oliveira
Osvaldo Martins Januário
José Carlos L. Tibães
Emolumentos recebidos por

ATO.68 6.P.5/29 fl.03

Talão N.º 124 Pág. Nº000053

Guilherme de Abreu Castello Branco
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL
Humberto Martinelli
OFICIAL
17.º SUBD. (Bela Vista)
Telefone, 33-1018
Rua Aguiar de Barros, 64-S. Paulo

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

REGISTRO CIVIL
DO 17.º SUBDISTRITO - BELA VISTA
Município e Comarca da Capital do Estado de São Paulo

CASAMENTO (N.º 24.619.-)

Guilherme de Abreu Castello Branco
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

CERTIFICO que, à fls. 80 *do livro B-n.º* 106.- *, de registro de casamentos, foi lavrado hoje, o assento do matrimônio de* -ONOFRE PINTO.- E - IDALINA MARIA CHAGAS.-(SOLTEIROS).-
contraído perante o M *Juiz de Casamentos em exercicio* MIGUEL SORRENTINO RIZZO.- *e as testemunhas constantes do termo.*

Ele, nascido EM JACUPIRANGA, NESTE ESTADO.- *aos* 26.- *de* JANEIRO.- *de* 1937.-, *profissão* INDUSTRIARIO.-
domiciliado e residente NESTA CAPITAL.-
filho de JULIO DO ROSARIO.-
domiciliado e residente NESTA CAPITAL.-
e de D. MARIA PINTO DO ROSARIO.-
domiciliada e residente NESTA CAPITAL.-

Ela, nascida EM JACUPIRANGA, COM. IGUAPE, NESTE ESTADO. *aos* 7.- *de* JULHO.- *de* 1933 *, profissão* PRENDAS DOMESTICAS
domiciliada e residente NESTA CAPITAL.-
filha de ANTONIO DOMINGUES CHAGAS.-
domiciliado e residente NESTA CAPITAL.-
e de D. FELICIA ANTUNES CHAGAS.-
domiciliada e residente NESTA CAPITAL.-
a qual passa a assinar-se -IDALINA MARIA PINTO.-

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 180, ns. I-II-E-IV.- *do Código Civil. - Observações:* REGIME COMUNHÃO DE BENS.- 19/11/966

O referido é verdade e dou fé.

17.º Subdistrito, Bela Vista, 19 *de* NOVEMBRO. *de 196*6

O Oficial

CARTORIO
RUA AGUIAR DE BARROS 64
TELEFONE, 33-1018
EXPEDIENTE
DIAS UTEIS DAS 9 ÁS 17 HS.
DOMINGOS E FERIADOS
DAS 9 ÁS 12 HS.

ATO. 68.6, p.6/29

Em Branco

9.º CARTORIO DE NOTAS
DR. AFFONSO ALVARES RUBIÃO
Tabelião

RUA QUIRINO DE ANDRADE 241 e 237 1º And SÃO PAULO

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia reprográfica (Anverso) extraída nestas Notas, a qual confere com o original, do que dou fé.–

São Paulo, 13 de DEZ de 1979

Lilia Marin e Moacir Cardinal
Escreventes Autorizados

As contribuições ao Estado e a Custeio dos Serventias serão pagas por verba.–

Ao Tabel. 2,00
Ao Estado 0,66
A Custeio 0,27
Total Cr$ 2,93

9.º CARTORIO RUBIÃO
Tel. 258-2611
Cartório Filippini
Serviços Autorizados
Rua Quirino de Andrade, 241 - 237 - 1.º - S. PAULO

ATO.68 6,p.7,29

H-09

17º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

BELA VISTA - DA CAPITAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Rua Rui Barbosa, 647 - CEP.: 01326-010 - Fone: 289-4392

Enéas Bortz

Oficial

CERTIDÃO DE ÓBITO

CERTIFICO que, no livro C nº 40, às folhas 260, sob número 53, consta o assento de óbito de ***ONOFRE PINTO***, do sexo masculino, militar, casado, nascido no dia 26 de janeiro de 1937, em Jacupiranga, SP., falecido no período de 02 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, filho de *JULIO DO ROSÁRIO e MARIA PINTO DO ROSÁRIO*.

Registro lavrado em 09 de fevereiro de 1996, nos termos da Lei nº 9.140/95.

Requerente: IDALINA MARIA PINTO.

Observações: Era casado com IDALINA MARIA PINTO (Bela Vista). Deixou uma filha de nome KATIA ELISA PINTO, nascida no dia 7/06/1967. Não deixou bens nem testamento.

O referido é verdade e dou fé.

São Paulo, 09 de fevereiro de 1996.

Marco Antonio Greco Bortz
substituto do oficial

Cota/recibo
Certidão R$ 08,65
R. Firma R$ 00,76
Total R$ 09,41

Reconheço a firma de Marco Antonio Greco Bortz e dou fé.
São Paulo, 09 de fevereiro de 1996.
Em testemunho, ____ da verdade.

ALBERTO BORGES DA SILVA
Substituto

24.º TABELIÃO DE NOTAS DA CAPITAL
TULLIO FORMICOLA
Rua Senador Feijó, 155 - Fone: 605-7858
AUTENTICAÇÃO: Autentico a presente cópia reprográfica extraída NESTAS NOTAS, a qual confere com o original, do que dou fé.
São Paulo, 14 FEV 96
Em Test.º ____ da Verdade
JOÃO BATISTA CLARET ZUARDI
Escrevente
Cota da autenticação
R$ 052 + 014 + 010 = 0,76

ATO 68.6 ip.8/29

fl.05

DOSSIÊ DO DESAPARECIDO POLÍTICO

ONOFRE PINTO

Dirigente da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização política e clandestina à época da ditadura. Nasceu em 26 de janeiro de 1937, no município de Jacupiranga, no Estado de São Paulo, filho de Júlio do Rosário e Maria Pinto do Rosário. Ex-sargento do Exército Brasileiro. Casado com Idalina Maria Pinto, com quem teve um filha. Iniciou seus estudos em sua cidade natal. Mudou-se para São Paulo, onde ingressou no Exército e formou-se em Contabilidade.

Desaparecido em julho de 1974, aos 36 anos. Teve a prisão preventiva decretada em 8 de outubro de 1964, pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, por sua participação no *Movimento dos Sargentos*. Foi preso em 2 de março de 1969 por elementos do DOPS e da 2ª Cia. PE. Seu banimento do Brasil ocorreu em setembro do mesmo ano, quando do seqüestro do embaixador americano no País. Viajou para o México com outros 14 presos políticos. Sempre ligado ao movimento, esteve em diversos países, residiu em Santiago (Chile) e Buenos Aires (Argentina). Desapareceu em julho de 1974, quando voltou clandestinamente ao Brasil com um grupo de quatro militantes (três brasileiros e um argentino).

Seu nome consta na listagem dos desaparecidos políticos reconhecidos pela Lei Federal 9.140, de 04/12/95, e também no livro "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos", página 359, editado pela Cia. Editora de Pernambuco em 1995 (cópia anexa).

Através de matérias publicadas em veículos de grande circulação (jornais e revistas), soube-se que os arquivos policiais possuíam registros detalhados com grande quantidade de informações a respeito de Onofre e de outros desaparecidos, bem como suas movimentações dentro e fora do país, projetos e planos (anexa cópia de matéria publicada no *Jornal do Brasil* em 21/1/92).

Fala-se também de uma ex-militante da VPR, conhecida como Ana Barreto Costa, cujo o nome verdadeiro é Maria Madalena de Azevedo que teria sido o último contato com Onofre, em Buenos Aires, no ano de 1974. Suspeita-se ela seja uma das responsáveis por sua captura pela polícia. Em depoimento à Comissão Especial da Câmara dos Deputados que investigava o desaparecimento de 144 presos políticos, em novembro de 1992, Maria Madalena e seu marido, Gilberto Giovaneti, confessaram terem sido aliciados pelos militares antes do desaparecimento de Onofre colaborado com os órgãos de repressão durante vários anos, espionando seus companheiros de esquerda (anexas cópias de matérias publicadas no *Jornal do Brasil* em 1º e 3/11/92).

ATO.68.6.p.9/29

fl. 06

Em diversos depoimentos às entidades de direitos humanos e à imprensa, o ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto, que durante a ditadura trabalhou na Operação Bandeirantes (OBAN) em São Paulo, disse que Onofre Pinto foi executado por ordem do Centro de Informações do Exército (CIE). Segundo ele, Onofre supostamente teria aceitado colaborar com os militares, mas foi eliminado para que sua morte servisse de exemplo à tropa de como seriam tratados os dissidentes.

Marival relatou ainda que a operação que culminou com a morte/desaparecimento do grupo - liderado por Onofre, formado pelos brasileiros Daniel e José de Carvalho, José Lavechia e pelo argentino Enrique Ernesto Ruggia - quando ingressara no Brasil foi coordenado pelo coronel do Exército, Paulo Malhães. (anexas cópias de matérias publicadas no *Jornal do Brasil* em 10/4/93, *Folha da Tarde, Diário Popular, O Globo e Folha de S. Paulo* em 20/11/93).

No semanário Nosso Tempo, de Foz do Iguaçu de 5 a 11/02/93, a argentina Lilian Clotilde Ruggia, irmã de Enrique Ernesto Ruggia, contou que após o seu desaparecimento, julho de 1974, numa audição radiofônica da *Voz da América*, ela escutara a informação que um grupo de brasileiros fora abatido na fronteira do Brasil com Uruguai. (anexa cópia de matéria veiculada).

No mesmo jornal, o ex-sargento Marival afirmou ter tomado conhecimento, através de conversas informais com elementos do Centro de Informações do Exército (CIE), de que estava sendo desenvolvida uma operação, desde 1973, para matar Onofre Pinto.

****

AI-1. Condenado a 5 anos de reclusão pela LSN, passou a viver na clandestinidade. Foi preso em frente a uma drogaria, em Belo Horizonte, em abril de 1975, conforme denúncia de Luís Carlos Prestes. Desde, então, Nestor está desaparecido.

Norberto Armando Habeger

Cidadão argentino.

Secretário-Geral da Juventude Democrata-Cristã, na Argentina, em 1964. Jornalista.

Fundador do Partido Peronista Autêntico, braço político do movimento clandestino Montoneros.

A 30 de julho de 1978, usando passaporte em nome de Hector Esteban Cuello, embarcou na cidade do México, às 14 horas e, em vôo da PanAm, chegou ao Rio de Janeiro no dia seguinte.

Seu desembarque no Rio de Janeiro, em 31 de julho, foi confirmado por carta de Oswaldo Camchion, embaixador da Argentina no Brasil, afirmando estar registrada a entrada no País de uma pessoa com o nome de Hector Esteban Cuello.

Desde então Norberto não mais foi visto, tendo seu seqüestro ocorrido entre 31 de julho e 3 de agosto, no Brasil.

Gestões junto às autoridades brasileiras nada esclareceram sobre o paradeiro de Norberto, constando que teria sido "trocado" com o governo argentino por um brasileiro preso naquele País.

Onofre Pinto

Dirigente da VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (VPR).

Nasceu aos 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga, Estado de São Paulo, filho de Júlio Rosário e de Maria Pinto Rosário.

Desaparecido aos 36 anos.

Ex-sargento do Exército Brasileiro.

Seu prontuário nos arquivos do antigo DOPS/SP registra que Onofre teve seus direitos políticos cassados pelo Ato Institucional nº1 e sua prisão preventiva decretada, em 8 de outubro de 1964, pela 2ª Auditoria de Guerra de São Paulo, por sua participação no "*Movimento dos Sargentos*".

Foi indiciado em IPM instaurado pela 2ª Auditoria da 2ª RM em 2 de fevereiro de 1966.

Foi preso no dia 2 de março de 1969 por elementos do DOPS e da 2ª Cia-PE.

Foi banido do Brasil em setembro de 1969, quando do seqüestro do embaixador americano no País, e viajou para o México com outros 14 presos políticos.

Ainda dos registros policiais consta que,"Informação do II Exército de 29/01/70, esclarece que Onofre Pinto ... teria a intenção de retornar ao Brasil... em princípios de fevereiro de 1970". E completa os dados: "O Ministério do Exército nos cientificou que provavelmente o marginado encontrar-se-ia no Chile." Mais adiante, outras informações ratificam o quanto se encontrava "cercado"pelos policiais: "A CIOP, em 2/7/73, nos cientificou o seguinte: 'A carteira de identidade de Francisco Wilton Fernandes, emitida pelo Instituto Nacional de Identificação do Departamento de Polícia Federal, Brasília, em 17/05/73, RG nº 104.947, estaria de posse de um aparelho de subversivos brasileiros em Santiago do Chile. Segundo informante, a referida carteira deverá ter a fotografia substituída pela de Onofre Pinto.'"

"O Ministério da Aeronáutica, em 1/8/73 nos cientificou que o ex-sargento do Exército Onofre Pinto... reside em Santiago do Chile no seguinte endereço..."

"Relatório de Plantão de 29/6/74, nos cientifica que através do Rádio nº 3749, proveniente da DPF, fomos solicitados a observar os indivíduos Onofre Pinto e Daniel José de Carvalho, que se dirigem para São Paulo, procedentes do Uruguai..."

Desapareceu em julho de 1974, quando tentava entrar clandestinamente no Brasil com um grupo de banidos.

Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior

Militante do PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB).

Filho de Orlando da Silva Rosa Bonfim e de Maria Gasparini Bonfim, nasceu no dia 14 de janeiro de 1915, em Santa Tereza, Espírito Santo.

Fez seu primeiros estudos em Vitória.

Mudando-se para Belo Horizonte, fez o curso de Direito na UFMG e exercia as atividades de jornalista no "*Estado de Minas*", jornal de grande circulação, do qual, ainda jovem, foi Secretário. Foi jornalista até 1964, quando o jornal que dirigia no Rio, "*Novos Rumos*", foi fechado. Orlando foi eleito vereador em Belo Horizonte nas eleições de 1946, tendo sido líder do seu partido, o PCB.

Foi um dos signatários do Manifesto dos Mineiros e passou a dirigir jornais partidários e a advogar gratuitamente. Em 1958 mudou-se para o Rio de Janeiro, e começou a trabalhar na "Imprensa Popular".

Uma das participações mais marcantes de Orlando foi na greve dos Operários do Morro da Mina, que durou 43 dias. Orlando atuou como advogado dos operários, morou

ATO 68 de 30/10/69

AP. 67

ATO.68.018.11/29

Delegado Fleury seria assassinado por exilados

23/2/78

José Mitchell

PORTO ALEGRE — Circular do III Exército, datada de 22 de julho de 1974 e sem assinatura, pedia ao governo argentino a captura do líder nacional da VPR (Vanguarda Popular Revolucionária), Onofre Pinto, e de Daniel José de Carvalho, ambos exilados naquele país. Segundo a circular, que integra o arquivo secreto do Dops gaúcho aberto ao público pelo governador Alceu Collares, Onofre e Daniel viriam ao Brasil para uma missão secreta: seqüestrar ou matar o então temido e poderoso diretor do Dops paulista, delegado Sérgio Paranhos Fleury, além de um oficial do Exército.

Onofre e Daniel fazem parte da lista de 144 desaparecidos políticos brasileiros. Eles foram vistos pela última vez 11 dias antes da expedição da circular do III Exército, quando saíam com um grupo de seis pessoas do Hotel Burnes, em Buenos Aires, prontos para viajarem para o Brasil. Já foram descobertos outros três documentos do Exército (todos anteriores a 11 de julho), comprovando que as atividades da VPR no exterior eram vigiadas.

O desaparecimento de Onofre é um dos maiores mistérios para seus colegas da VPR. O surgimento dos documentos do Exército levou sua mulher, Idalina Maria Pinto, a fazer um apelo para que a ajudem na localização do marido. Ela desconfia do envolvimento de uma ex-integrante da VPR, conhecida como Ana Bastos, que mora em São Paulo e a quem Idalina acusa de traidora. "Só pode ter sido esta Ana Bastos quem entregou Onofre às autoridades", acusa.

A missão de Onofre era desconhecida por Idalina, que não tinha envolvimento político. "Ana Bastos é a personagem-chave do mistério do desaparecimento de Onofre. Ela era o principal contato do Onofre, o pombo-correio que vinha e ia a São Paulo, onde era estudante de Filosofia da USP. Tentei de tudo mas nunca consegui esclarecer o sumiço do meu marido, que saiu com destino ao Brasil no dia 11 de julho de 74. E esta Ana sumiu depois da Anistia. Foi esta moça quem levou Onofre à morte", contou.

Fleury: alvo da VPR

Os documentos do Exército, no meio dos arquivos secretos gaúchos, fornecem os primeiros dados oficiais sobre Onofre, desde seu desaparecimento. Três documentos originários do Centro de Informações do Exército, um dos quais é uma circular assinada pelo então chefe do Estado Maior do III Exército, general Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha, pedem a prisão de Onofre. Exilado, ele viria ao Brasil cumprir uma operação que "segundo conversas entre elementos de grupos subversivos no Uruguai, é de muita importância".

JORNAL DO BRASIL
21/1/92

JORNAL-DO-BRASIL
21/1/92

Casal de ex-guerrilheiros confessa traição

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — A comissão especial da Câmara dos Deputados que investiga o desaparecimento de 144 presos políticos durante a ditadura militar está de posse de um sigiloso e bombástico depoimento de um casal de ex-guerrilheiros. Eles confessam que foram cooptado pelos órgãos de repressão e, durante vários anos, trabalharam em informação e contra-informação no exterior e no Brasil, espionando ex-companheiros de esquerda.

O depoimento da professora paulista Maria Madalena Lacerda de Azevedo e de seu marido, Gilberto Giovaneti, foi entregue, na forma de relatório, em São Paulo, ao advogado Luiz Eduardo Greenhalgh. O texto servirá de base para o testemunho do casal à comissão da Câmara, a ser marcado em breve.

O depoimento de Maria Madalena — nome verdadeiro de Ana Barreto Costa, ex-integrante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) — cresce de importância por trazer à tona um dos maiores mistérios da repressão: o sumiço de líder nacional da VPR, Onofre Pinto, que desapareceu com mais quatro pessoas a caminho do Brasil, depois de sair de Buenos Aires em 11 de julho de 1974. Os cinco provavelmente foram mortos na viagem.

Madalena é apontada como responsável pelo sumiço de Onofre, líder da VPR

Segundo a mulher de Onofre, Idalina Pinto, Maria Madalena era o único contato da VPR no Brasil com Onofre, quando este estava exilado em Buenos Aires, até sua volta, passando pelo Uruguai. Em seu relatório, Maria Madalena confirmou ter sido aliciada pelos militares antes do desaparecimento de Onofre. Mas ela e o marido, que pertencia à organização Ala Vermelha, negam totalmente a responsabilidade pelo sumiço do guerrilheiro, apesar de uma série de detalhes que levaram a viúva a acusá-la nos últimos 18 anos.

Curso — O depoimento do casal a Greenhalgh, na presença de dois ex-companheiros de luta de Onofre — Pedro Lobo de Oliveira e Dulce Maia — e de Suzana Lisboa, representante da comissão de parentes de desaparecidos políticos, foi o ponto final de um longo caminho de suspeitas, acusações e desencontros, iniciado após o sumiço de Onofre. Maria Madalena admitiu ter atuado com Onofre no Chile e na Argentina, ter treinado guerrilha em Cuba e ter tentado fugir para o exterior, quando foi presa em Curitiba pelo Exército.

Onofre Pinto

Madalena diz ter sido levada para o DOI-Codi e para um sítio em São Paulo, onde foi torturada, até que o coronel conhecido como *Doutor Ney* (já falecido) propôs que ela e o marido passassem a colaborar com a repressão. Madalena e Gilberto contam que fizeram, em Brasília, um curso de informações e contra-informações e passaram a cumprir uma série de missões para os militares no exterior, recebendo salário mensal que era entregue por militares em locais previamente combinados.

O casal tinha, como principal objetivo, convencer companheiros de guerrilha a voltar ao Brasil. Idalina lembra que foi Maria Madalena quem garantiu a Onofre que poderia voltar em segurança ao Brasil. Mas ambos negam que qualquer pessoa tenha sido presa por causa das informações que eles passavam aos militares. Madalena e Gilberto alegam que conseguiram enganar a repressão, o que foi recebido com reticências pelos que ouviram os depoimentos. "Ela não contou tudo o que sabe e fez. E quem conhece o setor sabe que os órgãos de repressão só enviam ao exterior agentes de absoluta confiança. Não acredito que ela não tenha responsabilidade pelo desaparecimento de Onofre e de outras pessoas", afirma Greenhalgh.

Pedro Oliveira, que ouviu o depoimento, também acha difícil acreditar na inocência de Maria Madalena. "Já está comprovado que ela era uma traidora e continuou servindo à ditadura por vários anos." O depoimento resultou de uma coincidência: Greenhalgh foi advogado dela por sete anos, com a incumbência de trocar seu nome clandestino pelo nome verdadeiro em toda a sua documentação.

A confissão do casal levou Greenhalgh a deixar de ser advogado de Maria Madalena. Com a concordância do casal, que se dispôs a depor na Câmara, o advogado encaminhou seu depoimento aos deputados Nilmário Miranda e Sigmaringa Seixas, para que nos próximos dias seja marcado o depoimento formal.

No dia 11 de julho de 1974, no hotel Burnes, em Buenos Aires, o líder militar da VPR, Onofre Pinto, nervoso, se despediu da mulher, Idalina, e viajou para o Brasil com um grupo de quatro pessoas. "Se tudo der certo, mando te buscar e vamos viver em São Paulo", prometeu Onofre. Mas, após a saída de Buenos Aires, eles nunca mais foram vistos. Onofre teria viajado com uma missão importante: talvez matar o todo-poderoso diretor do Dops paulista, delegado Sérgio Paranhos Fleury, como garante um relatório secreto do Exército, de 22 de julho de 74, que alertava a rede do Serviço Nacional de Informações e pedia sua prisão.

A localização do relatório entre os documentos secretos dos Dops gaúcho, divulgado em janeiro pelo JORNAL DO BRASIL, comprova o estreito acompanhamento pelos órgãos de repressão da movimentação de Onofre no exterior — um dos motivos das suspeitas que recaíram sobre Maria Madalena, principal contato de Onofre na Argentina.

Greenhalgh deixou a causa depois de ler o depoimento entregue à Câmara

O Exército, de acordo com outro documento secreto revelado pelo JB, sabia não só a descrição física de Onofre (bigodes, cabelos fartos, etc), como tinha dados sobre sua falsa carteira de identidade, em nome de Francisco Wilton Fernandes, expedida em Brasília sob nº 104947. O grupo que viajou era integrado por Onofre, pelos irmãos Daniel e Joel de Carvalho, por outro brasileiro, com problemas mentais, conhecido como Vitor, e por um jovem argentino de 18 anos, Enrique Ernesto Ruggia. Este admirava Joel como um *Che Guevara* e dispôs-se a viajar para o Brasil numa aventura.

Uma série de detalhes deram a Idalina convicção de que foi Maria Madalena quem traiu Onofre: "Ela era o único contato dele com o Brasil e lhe garantiu que havia segurança para viajar. Depois que ele desapareceu, ela me procurou em Buenos Aires para dizer que não adiantava esperar porque ele estava morto. Agora, neste depoimento, sofre de amnésia e diz que nada sabe." Idalina recorda que Maria Madalena prometeu, na época da anistia, de lhe dar "segurança em São Paulo porque tinha a proteção de um amigo que era coronel".

JORNAL DO BRASIL - 01/11/92

ATO 68.6 | P.18/89

1-11 92

JORNAL DO BRASIL
3/11/92

3-11 92

JORNAL DO BRASIL 3/11/92

Ex-guerrilheiro quer ouvir traidora

■ Líder da VPR acha que interrogatório pode esclarecer o sumiço de militantes

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — O ex-líder nacional da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), João Carlos Bona Garcia, defende que a ex-guerrilheira Maria Madalena Lacerda de Azevedo deve ser submetida a interrogatório mais aprofundado sobre sua traição aos companheiros e sua colaboração com a ditadura militar.

Surpreso com a confissão feita por Maria Madalena, Garcia acha que o depoimento dela "poderá ser o fio de meada para se saber quem voltou ao Brasil e quem sumiu". Ele acredita que uma nova investigação poderia dar pistas sobre o desaparecimento de Onofre Pinto, líder da VPR desaparecido em 1974, e José La Vecchia, também integrante da organização.

Maria Madalena entregou um relatório a seu ex-advogado, Luiz Greenhalgh, em São Paulo, admitindo ter sido cooptada pelos militares e ter atuado vários anos na espionagem de seus colegas guerrilheiros. O depoimento foi encaminhado à comissão especial da Câmara dos Deputados que investiga o desaparecimento de 144 presos políticos durante o regime militar. Ela nega, entretanto, que tenha qualquer relação com o sumiço de Onofre ou de qualquer outro militante.

Viagem — La Vecchia, que era conhecido pelo apelido de *Zé Sapateiro*, era grande amigo do capitão Lamarca, fundador da VPR. Ele estava em Buenos Aires com Onofre Pinto e voltaria com ele para o Brasil, mas não viajou. Onofre saiu da capital argentina no dia 11 de julho de 1974, acompanhado de quatro pessoas — os irmãos Daniel e Joel de Carvalho, outro brasileiro conhecido como Vitor e um jovem argentino de 18 anos, Enrique Ernesto Ruggia. Depois dessa data, Onofre não foi mais visto.

Uma amiga comum, a chilena Marta, poucos dias após o desaparecimento de Onofre, ligou para casa de La Vecchia, em Buenos Aires. Quando começaram a se falar, no entanto, ele gritou que a repressão tinha chegado. Do outro lado da linha, Marta só ouviu o telefone balançando e batendo contra a parede. Vecchia também sumiu por completo.

Bona Garcia diz que, na época, suspeitou-se que a responsabilidade pelo desaparecimento de Onofre era do cabo Anselmo (líder militar da VPR antes de Onofre). Para ele, é "muito estranha" a alegação de Maria Madalena — atualmente professora estadual e municipal em São Paulo —, de que não teve responsabilidade pelo sumiço de Onofre. "Era uma traidora, como se sabe agora, e é triste que existam pessoas que compactuaram com a repressão e trairam companheiros."

Tanto Bona Garcia quanto Suzana Lisboa — representante da comissão de parentes de desaparecidos políticos — acham importante se conseguir mais detalhes. Também sumiram na Argentina Edmur Péricles Camargo, João Batista Rita e o major Cerveira.

Casal era pago para espionar

Em depoimento escrito, Maria Madalena Lacerda de Azevedo e seu marido, Gilberto Giovaneti, ex-integrante da organização Ala Vermelha, dizem ter sido levados para o DOI-Codi e para um sítio em São Paulo, no início dos anos 70, onde foram torturados, até que o coronel conhecido como *Doutor Ney* (já falecido) propôs que o casal passasse a colaborar com a repressão.

Madalena e Gilberto contam que fizeram, em Brasília, um curso de informações e contra-informações e passaram a cumprir uma série de missões para os militares no exterior, recebendo salário mensal que era entregue por militares em locais previamente combinados. O casal tinha como principal objetivo convencer companheiros de guerrilha a voltar ao Brasil. (J.M.)

ATO-68-6/1-J9/89

ATO.68.6, p. 14/29

Ap-11

FOLHA DA TARDE
20/11/92
PAG.

DESAPARECIDOS

Exército deu um sumiço em documentos, diz ex-sargento

Marival Chaves revelou que o DOI-Codi de São Paulo matou guerrilheiros no Paraná

O ex-sargento Marival Chaves disse ontem à Comissão Especial de Desaparecidos Políticos da Câmara que, antes da saída do general Sílvio Frota do Ministério do Exército, em 1977, muitos documentos relacionados com a repressão política foram destruídos para dificultar futuras investigações.

Chaves afirmou também que, em 1974, o Exército e o DOI-Codi de São Paulo mataram cinco militantes da luta armada depois de atraí-los para uma armadilha no interior do Paraná. O grupo pensava que participaria de um núcleo de guerrilha em Medianeira (PR), mas na verdade era uma operação preparada pelos órgãos de repressão.

Além das novas informações que repassou aos deputados, o ex-sargento do Exército confirmou todas as declações suas publicadas pela revista "Veja" desta semana.

O grupo de militantes supostamente mortos na armadilha revelada por Chaves era liderado por Onofre Pinto, um ex-sargento do Exército. Os outros quatro mortos eram Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavechia e Vítor Carlos da Silva. Vítor não aparece nas listas de desaparecidos.

O chefe da suposta operação que terminou com a morte dos cinco guerrilheiros foi o coronel Paulo Malhães, do Exército. Chaves disse não saber onde estariam os corpos dos cinco guerrilheiros.

O delegado Nelson Guimarães determinou ontem a suspensão das buscas aos corpos de oito presos políticos que teriam desaparecido no rio Novo e na represa Jurumirim, em Avaré (SP).

Guimarães afirmou que as buscas somente serão retomadas quando o ex-sargento Marival Chaves comparecer a Avaré para apontar os locais onde os corpos teriam sido atirados.

DIÁRIO POPULAR
20/11/92
PÁG. 3

Ex-sargento revela mais 5 assassinatos da repressão

BRASÍLIA — O ex-sargento do Exército Marival Dias Chaves revelou ontem os nomes de mais cinco presos políticos mortos por órgãos de repressão durante o regime militar. A revelação foi feita durante depoimento à Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga o desaparecimento de presos políticos. O ex-sargento contou aos parlamentares detalhes da captura, interrogatório e morte de Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavechia e Victor Carlos da Silva. Este último não estava sequer na lista de desaparecidos da comissão.

Com as novas revelações, subiu para 22 o número de assassinatos denunciados por Marival. Em seu depoimento, ele disse também que quando o general Silvio Frota deixou o Ministério do Exército, exonerado pelo presidente Ernesto Geisel, determinou a destruição da maior parte dos documentos relativos à atividade de repressão exercida pela instituição.

As equipes de buscas que estão em Avaré procurando corpos de presos políticos que, segundo relato de Marival, teriam sido jogados no rio Jurumirim devem suspender as buscas. Até o momento, nada foi encontrado e a equipe quer levar o ex-sargento para Avaré, na próxima semana, para que ele indique o local exato da desova de cadáveres.

O ministro da Justiça, Maurício Corrêa, descartou a possibilidade de abrir inquérito para apurar as denúncias feitas pelo ex-sargento Marival. Corrêa disse que esses crimes foram anistiados pela Constituição e o Governo, segundo Corrêa, vai dar todo o apoio para identificar os desaparecidos e comprovar suas mortes, para que as famílias possam ser indenizadas pela União.

ATO. 68.6, p. 15/29

p. 12

O GLOBO
20/11/92
PÁG. 4

Ex-sargento acusa Frota de ter destruído arquivos

BRASÍLIA — O ex-sargento Marival Chaves, que foi agente do Doi-Codi, disse ontem à Comissão de Desaparecidos Políticos da Câmara dos Deputados que os documentos sobre operações clandestinas executadas pelos órgãos de informação foram destruídos em 1977, quando foi demitido o então ministro Silvio Frota. Frota teria ordenado a eliminação dos arquivos temendo que o governo Geisel promovesse uma devassa.

A denúncia de Chaves mostra que muitos detalhes do desaparecimento de presos políticos não virão à tona. Ele disse que entre os torturadores existia um pacto de silêncio para não contar quem matava, só quem morria. As operações eram setorizadas e os comandantes tinham autorização para matar.

Um dos casos mais polêmicos da história política recente do país foi tratado por Chaves. Ele revelou que o panfleto divulgado em 1980, com uma foto da mulher do então candidato a governador de Pernambuco, senador Marcos Freire, e o então deputado federal Fernando Lyra nus sobre a cama de um motel foi impresso na gráfica da Escola Nacional de Informações (Esni), em Brasília. Os panfletos foram usados, dois anos depois, para derrubar a candidatura de Freire ao governo de Pernambuco em 1982.

Leopoldo Silva

Marival Chaves (à direita) depõe, tendo ao lado o deputado Nilmário Miranda

Ao saber das declarações do sargento, Fernando Lyra não escondeu a indignação e disse:

— Todos esses fatos revelam a face nojenta dos regimes ditatoriais. Estes fatos fazem com que tenhamos a obrigação de enraizar cada vez mais o regime democrático, para que estas mazelas nunca mais aconteçam.

Chaves deu detalhes também sobre o desaparecimento de cinco ex-militantes da luta armada em 1974: Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, José Lavecchia e Vítor Carlos da Silva. Os cinco teriam sido atraídos pelo ex-sargento Alberi Vieira, da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que era um agente infiltrado, para uma armadilha na região de Medianeira (Paraná), onde funcionaria uma base de guerrilha. Já chega a 22 o número de presos mortos apontados por Chaves.

O ex-sargento deu informações ainda sobre o sumiço de dois outros militantes do PCB: Davi Capistrano e José Roman. Os dois saíram de Paso de Los Libres (Uruguai), estiveram em Uruguaiana (RS) num fusca e depois sumiram. Segundo Chaves, eles foram presos pelo Doi-Codi paulista e conduzidos pelo major Brand, do Ciex.

FOLHA DE SÃO PAULO
20/11/92
PÁG. 2-11

TORTURA

Documentos da repressão desapareceram, diz ex-sargento

Da Sucursal de Brasília

O ex-sargento Marival Chaves disse ontem à Comissão Especial de Desaparecidos Políticos da Câmara que, antes da saída do general Sílvio Frota do Ministério do Exército, em 1977, muitos documentos relacionados com a repressão política foram destruídos para dificultar investigações.

Chaves afirmou também que, em 1974, o Exército e o DOI-Codi de São Paulo mataram cinco militantes da luta armada depois de atraí-los para uma armadilha no interior do Paraná. O grupo pensava que participaria de um núcleo de guerrilha em Medianeira (PR), mas na verdade era uma operação preparada pelos órgãos de repressão.

O grupo de militantes supostamente mortos na armadilha revelada por Chaves era liderado por Onofre Pinto. Os outros quatro mortos eram Daniel José de Carvalho, José Lavecchia e Vítor Carlos da Silva.

De acordo com a versão de Chaves, Pinto foi atraído para a armadilha por Alberi Vieira, um ex-sargento da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, que atuaria como agente duplo da repressão e dos grupos armados de esquerda.

ATO. 68 6 | P. 16 | 29

Exército eliminou líder guerrilheiro

■ Ex-agente revela que Onofre foi executado em 74 para servir de exemplo à tropa

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — O ex-sargento do Exército Marival Chaves Dias do Canto, que durante a ditadura serviu nos órgãos de repressão, revelou que o guerrilheiro Onofre Pinto, também ex-sargento e líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) desparecido em 1974 e suspeito de traição, foi executado por ordem do Centro de Informações do Exército (CIE). Marival, que está escrevendo um livro sobre o episódio, confirmou que Onofre aceitou colaborar com os militares, mas foi eliminado para que sua morte mostrasse à tropa como seriam tratados os dissidentes.

Marival tem uma folha de 17 anos de serviços prestados à repressão: Operação Bandeirante (Oban), Doi-CODI do II Exército, Polícia do Exército, e novamente Doi-CODI. Ele especializou-se em análise operacional dos grupos de esquerda e conta que Onofre "realmente decidiu aderir aos militares para não morrer, depois que ele e seu grupo foram presos em Medianeira, no Paraná, atraídos para uma armadilha montada pelo CIE e pelo batalhão do Exército de Foz do Iguaçu, mas logo depois a cúpula do CIE mandou que ele fosse executado por ter sido militar".

No ano passado, em entrevista à revista *Veja*, o ex-sargento Marival revelou que muitos dos 144 presos politico tidos como desparecidos durante a ditadura foram mortos nas câmaras de tortura e esquartejados. Os militares teriam enterrado os restos em diferentes locais, para que nunca fosse identificados.

A infiltração dos agentes da ditadura nos grupos de esquerda será um dos capítulos do livro de Marival, que relata um dos mais obscuros episódios dos anos de chumbo — o desaparecimento de Onofre Pinto e de mais quatro pessoas quando vinham clandestinamente da Argentina para o Brasil em julho de 1974.

Captura — No ano passado, documentos secretos do Dops gaúcho divulgados pelo **JORNAL DO BRASIL** revelaram que o Exército sabia da movimentação do grupo de Onofre, líder militar da VPR no exterior, inclusive dos nomes e identidades falsas que utilizavam. Havia a expectativa de que entrassem no Brasil pelo Uruguai, mas foi através do Paraguai que os guerrilheiros cruzaram a fronteira.

Com base numa conversa com um dos militares que teve participação direta na captura e morte do grupo de Onofre, o ex-sargento Marival revela que Onofre, os irmãos Daniel e José de Carvalho, José Lavechia e um argentino — posteriormente identificado como Ernesto Ruggia — foram atraídos a um sítio em Medianeira por outro membro do grupo, o também ex-sargento Albery Vieira dos Santos, que como Onofre é suspeito de ter traído seus companheiros da esquerda.

Ao confirmar que Albery estava mesmo infiltrado, o ex-sargento Marival disse que logo após a prisão do grupo, todos foram executados, com exceção de Albery e Onofre. "O Onofre resolveu aceitar a oferta de se infiltrar nos grupos de esquerda para não morrer. Mas logo depois a cúpula do CIE decidiu que fosse morto também, para servir de exemplo contra eventuais tentativas de traição nos meios militares", contou.

Marival não revela o nome do colega militar que lhe relatou todo o episódio, mas não sabe quem matou e onde exatamente foram enterrados os corpos dos guerrilheiros da VPR. Provavelmente eles foram sepultados no sítio de Medianeira. Há poucos dias, Marival conversou longamente, pelo telefone, com a irmã de Ernesto Ruggia, a argentina Lilia Ruggia, e confirmou as informações que já possuía. Lilia viveu um inferno de mais de 20 anos, por informações desencontradas de entidades de direitos humanos do Brasil e Argentina, que impediam a confirmação da morte do irmão em episódios de repressão política, agora confirmada. Lilia busca, agora, detalhes sobre a localização do sítio (distante 70 quilômetros de Foz do Iguaçu), na tentativa de encontrar os restos mortais do irmão.

A traição, ou não, de Onofre, sempre foi polêmica na esquerda. A viúva e alguns ex-companheiros, como Pedro Lobo, rejeitam a possibilidade de traição, enquanto outros acreditam na infiltração — agora confirmada por Marival — por causa da demora de Onofre em denunciar a traição do cabo Anselmo — o principal agente infiltrado pela ditadura nos grupos guerrilheiros e responsável pela morte de dezenas de companheiros. Segundo Marival, Onofre aceitou trair para não ser morto no momento da prisão, mas não chegou a fazer qualquer ação por ter sido executado.

Nestor Muller/A Gazeta — 16/11/92

Marival revela traições em livro e conta como a direita se infiltrava nos grupos de esquerda

Reprodução

Onofre: CIE ordenou execução

Livro confirma que Jover traiu PC do B

O livro do ex-sargento Marival Chaves Dias do Canto confirma que Manuel Jover Telles, ex-dirigente do PC do B, era agente infiltrado pelo Exército e revela que seu aliciamento ocorreu um ano antes do *massacre da Lapa*, chacina ocorrida em 1976 numa casa do bairro da Lapa, na cidade de São Paulo, onde o comitê central do partido estava reunido e foi surpreendido por agentes do DOI-Codi. Segundo Marival, tinha como "controlador" — oficial a quem passava as informações obtidas — o chefe de operações de segurança do I Exército, atual Comando Militar do Leste, no Rio.

A traição de Jover foi revelada no ano passado pelo coronel da reserva Sebastião Curió, ex-agente do DOI-Codi, em entrevista ao **JORNAL DO BRASIL** na qual responsabilizou o ex-dirigente do PC do B pelo *massacre da Lapa*. Jover foi localizado pelo JB vivendo com nome falso numa cidade próxima de Porto Alegre e negou veementemente ter sido traidor.

Marival disse que ficou sabendo do aliciamento de Jover, então membro da cúpula dirigente do PC do B, quando atuava no setor de análises operacionais do DOI-Codi do II Exército, em São Paulo. Jover tinha uma de suas bases de atuação no PC do B no Rio de Janeiro onde "foi preso e aliciado pelo pessoal do DOI-Codi". Ele foi um dos poucos dirigentes que escaparam do *massacre da Lapa* e escondeu-se no Rio de Janeiro, como admitiu. Negando sempre a traição, ele contou que fugiu depois para o Rio Grande do Sul, onde sob outro nome empregou-se numa indústria de armas.

Ajuda — Segundo o ex-sargento Marival, quando fugiu para o Rio de Janeiro, Jover estava sob controle do chefe de operações do Doi do Rio de Janeiro, que o ajudou na nova vida. Atualmente, Jover mora com uma irmã numa modesta casa de alvenaria numa cidade próxima à capital gaúcha. Ele nega a traição e prometeu escrever um livro sobre sua participação no partido — foi uma das principais lideranças e é autor de um livro sobre sindicalismo.

Outro caso confirmado de traição foi do casal Maria Madalena Lacerda de Azevedo e Gilberto Giovanetti. Ambos prestaram um depoimento ao advogado Luís Eduardo Greenhalgh, confirmando terem sido aliciados pelo Exército, num documento divulgado ano passado pelo **JORNAL DO BRASIL**. Mas negaram responsabilidade na prisão e sumiço do grupo de Onofre Pinto em 1974, como acusa a viúva do guerrilheiro da VPR.

"Eu via o casal com frequência em São Paulo, quando estavam sob a coordenação do DOI de São Paulo. Eles faziam relatos verbais e muitos contatos, especialmente com exilados no exterior. Estavam sob controle do coronel Ênio Pimentel da Silveira", relatou Marival. (J.M.)

ATO.68.9 P.17/29

SUERRILHA

Traição na fronteira

Depois de vinte anos de silêncio, a busca incansável de uma psicóloga argentina traz à luz o desparecimento de cinco ativistas políticos na região de Foz do Iguaçu. Os fatos ocorridos nos anos 70 revelam marcas de sangue e traição. Histórias como a de Albery mostram o outro lado daqueles tempos sujos a delação entre os militantes de esquerda.

Lilian: 18 anos buscando Henrique.

Depois de 19 anos de buscas, a psicóloga argentina Lilian Claudia Ruggia, 38 anos, acredita que está mais perto da verdade que envolve o paradeiro de seu irmão. Enrique Ernesto sumiu em 1974, em companhia de um grupo de militantes brasileiros que tentavam voltar ao Brasil, entre eles Onofre Pinto, um dos comandantes da VPR. Informações recentes num depoimento de ex-agente Marival Chaves que trabalhou nos órgãos de repressão da ditadura militar dão conta que o grupo teria sido preso em uma cidade armada por agentes infiltrados no movimento guerrilheiro. Lilian estava em Foz durante a ditadura. Acompanhada pelos companheiros do Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, resolveu colher as informações de Marival Chaves que dia 15 estará de novo na cidade para depor na sede da Polícia Federal.

Em seu Escritório, Helen Ruggia guarda desaparecida. Um pedaço antes, em fins de 74, ela havia conhecido José Chavelhas, um estudante brasileiro que morava na cidade argentina de Quilmes. Ele veio visitar a irmã e a grande de Alberdi.

Não sabia originalidade de uma localidade que fica perto de Buenos Aires, chamada San Pedro, que abriga os cursos de Vocacional e Agronomia da Universidade. José havia sido convidado pelo diretor do campus, a viver ali". Como Lilian que seu irmão dizia ótimas [illegible] não conhecia [illegible] em Paraíso [illegible] "Mesmo assim, [illegible] em José em Sinar Cas [illegible] não é mesmo?", [illegible].

José retorna a Buenos Aires. Corria o ano de 1974. Lilian matriculava e graduava. Num dia de mês de julho, Enrique [illegible] no seu local de [illegible] a [illegible] que viajaria para o Brasil junto com José e outro [illegible].

"Não deu um beijo, disse que voltaria em uma semana ou dois dias, que não iria [illegible] um [illegible] política e as [illegible]. Fiquei preocupada. Eu escrevi uma [illegible] público, o rua cheia de gente... Fiquei assim por um segundo. Quando retomei a ação, me largo pelas escadas, chego na rua, mas nunca mais o vi".

Começava assim a peregrinação de Lilian atrás de notícias do irmão. Nesse época a Argentina vivia um momento político difícil. Peron havia morrido em julho e a direita peronista ganhava de assalto o poder e as ruas. A organização Triplice A, de extrema-direita, fazia suas vítimas quase cotidianas e trabalhadores. Qualquer queixa oficial do desaparecimento poderia ser uma delação, ainda ainda envolvendo pessoas.

"Contei ao meu noivo o que havia acontecido. Fomos a procurar saber os papéis de Enrique alguma pista. Encontramos vários endereços de Moda. Fomos todos. Mas a resposta era sempre a mesma: que não tinha trabalhado lá".

O "final" continuou a pertencer até que ao Cecil Harry, delegado pela ONU para [illegible] contatos, depois de muitas negativas, conseguiu um contato com um brasileiro que se identificou como [illegible] de Carvalho, [illegible] e uma [illegible] [illegible] que [illegible] que [illegible] outros [illegible] e que provavelmente tinham vindo ao Brasil.

Lembra - Lilian relata que seus amadrinhados daqui de militantes brasileiros estabeleceram até que José morasse-se para Portugal. Depois de [illegible] que na Argentina se [illegible].

Sem poder fazer qualquer coisa no período argentino, ela pensa na condição de [illegible] brasileira. "Está demorando para mim que no Brasil não [illegible] acontecendo muita coisa, que já haviam [illegible] a [illegible], e que [illegible] história era meio [illegible]".

Conta Lilian que outro fato que dificulta muito seu processo foi o início da ação de [illegible] militantes argentinos da [illegible] dos [illegible] brasileiros. Entre os [illegible] [illegible] e estavam só de [illegible]. Escaparam do Chile [illegible] pela Argentina rumo ao México, Cuba e Europa.

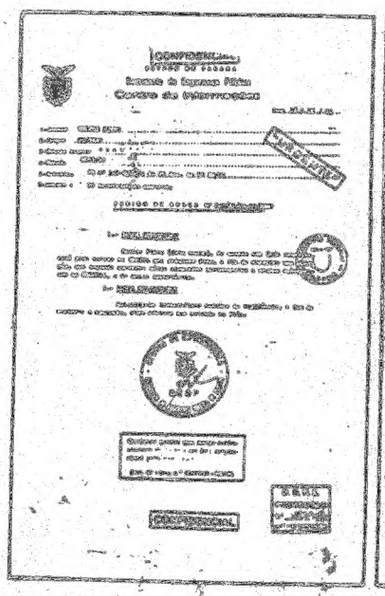
Para completar o quadro, a falta de militância de Enrique deixava mais dúvidas sobre a veracidade da história que ela contava em cada [illegible]. "Quando procurava alguma informação, me olhavam e perguntavam se eu não estava louca".

"Parecia um delírio. Eu sou psicóloga e conheço a estrutura do delírio. Às vezes parecia que era meu que me via. Porque o delírio é mais histórias coerentes do delirante. Não há lógica [illegible] com [illegible]. Minha história não [illegible]. Ninguém [illegible] brasileiro, ninguém [illegible] meu irmão, ninguém sabia o que eu [illegible] acontecendo naquele momento no Brasil, então..."

Anos se passaram até que o governo democrático de Alfonsín [illegible] a Comisión Nacional de Desaparición de Personas - CONADEP. Lilian [illegible] saber o que [illegible] com o irmão, [illegible] [illegible] [illegible]

AIO.66.6/p.18/99

Sargento Albery: vida e morte da guerrrilha



ONOFRE PINTO
(AUGUSTO, ARI)

Fac-símile do pedido de busca de Onofre Pinto (foto ao lado), datado de 18/08/74, provavelmente do Centro de Informações do Exército já sabia por seus agentes infiltrados de sua vinda ao Brasil, antes de sua partida da Argentina, em 31/08/74.

recidos de 1974. Nela o agente afirma que o grupo era chamado por Onofre Pinto e foi vítima de uma cilada.

O ex-sargento conta que tomou conhecimento, através de conversas informais com elementos do Centro de Informações do Exército, de uma operação de informação desenvolvida pelo Exército, em 1973, para matar Onofre Pinto. Tal operação, segundo o documento, teria envolvido agentes e ex-sargento Albery Vieira dos Santos, que na ocasião trabalhava entre os exilados no Chile e na Argentina. O plano consistia em convencer Onofre e outros exilados brasileiros, em voltar para o Brasil e retomar a luta armada. Para convencê-los, Ari ofereceu um fictício campo de treinamento de guerrilha, organizado na região de Foz do Iguaçu.

Além de Onofre Pinto, o documento enumera mais quatro pessoas. José Lavecchia, os irmãos Daniel e José da Carvalho, Victor (a única referência é de que ela teria um médico chamado Carlos, como filho, e um irmão chamado Paulo de Lima, apelidado Zorro), e uma terceira pessoa, mencionada Este último dos três poderia ser Lorenzo Ernesto Lavecchia. Na falta de dados mais precisos, o advogado associa à pessoa de José Lavecchia. Segundo ele, há fortes seguros de que Lavecchia continuou na Argentina, onde foi preso mais tarde.

Segundo Jair, no documento, Manfred Chaves deste chapa o que aconteceu com o grupo. Todos foram mortos, com exceção de Onofre Pinto. Conforme os termos empregados no documento, Onofre foi "cumulado" pelo dever como agente infiltrado do CIEX. Em outra teria sua vida poupada. O guerrilheiro teria aceito e pedido para ir até o Paraguai. Nesta ocasião, o comando do CIEX foi consultado e determinou a sua eliminação. Para Marival, a eliminação foi decidida a partir da sua condição de ex-quadro do Exército. Uma espécie de exemplo para possíveis defecções na tropa. Onofre teria sido morto em Foz do Iguaçu.

De acordo com o documento que Marival escreveu, os corpos ficaram no cemitério de Medianeira. A partir desta informação, pode-se pensar que também são "desaparecidos" no Parque Nacional do Iguaçu. Ainda no documento, Marival explica que Albery teria sido morto posteriormente, numa espécie de queima de arquivo. Segundo seus informações, o Ciex teria lhe dado proteção inicialmente. Problemas de ordem disciplinares, no entanto, teriam provocado a sua morte.

Sobre o telegrama enviado à senhora Idalina Pinto, 3 dias depois da partida do militar, Jair Krischke não tem dúvidas de que foi uma ação de guerra informacional.

"Isso era um hábito da ditadura. Era uma forma de neutralizar possíveis buscas da família. Há relatos de familiares que receberam telegramas e telefonemas durante anos, geralmente na calmaria de seu período de angústia".

Infiltrados - As informações que o CIEX detinha dos exilados, em especial de Onofre Pinto, obtidas do Uruguai. Jair Krischke, defende esta hipótese, afirmando que vários documentos do acervo da Dops gaúcha, examinados por ele, mencionam informações obtidas internamente em Porto Alegre e outras cidades.

Em um relatório gaúcho, CIEX monta uma estrutura de informação que inclusive 'quanto de tomar o mate'. Sabia, como explica o conhecimento que a repressão tinha de detalhes como o número da carteira de identidade que Onofre usava e até a nacionalidade dos passaportes falsos que o grupo utilizaria.

Sobre a participação de agente Maria Magdalena de José Barreiro Cruz, acusado em companhia pelos militares da VPR, Vanguarda Popular Revolucionária, Jair chama não tem dúvidas. "Nos anos, em documentos dos documentos e de entrevistas dele, pessoas desaparecidas. Ela é uma espécie de [illegible] Angelina de Jesus Santos".

Conforme reportagem do Jornal do Brasil, de 5 de primeiro de novembro de 1979, Maria Magdalena e seu marido Gilberto Gianetti, foi conhecerem que foram capturados pelos dados da repressão. Segundo o mesmo aquele jornal, dos pontos a incumbência de informar aos antigos companheiros de guerrilha a voltar para o Brasil. Na mesma reportagem, no entanto, Magdalena diz que nunca teve participação na morte de Onofre e seus companheiros.

A viúva de Onofre, Idalina Pinto, a documento. "Essa mulher disse que ia montar um aparelho em São Paulo ou Rio. Para se ter uma idéia, não chegamos a dar uma procuração para que meu cunhado viajasse um tempo aqui, para poder comprar um jipe para a organização. Ela era a única pessoa que tinha contato com Onofre. E disse que ia dar cobertura na volta ao Brasil".

Apesar de encontrar a importância do relato dos agentes, Jair Krischke faz questão de indagar sobre a linguagem das que, como Idalina e Magdalena, recebem relatar os acontecimentos em que estiveram envolvidos. Por que eles estão falando? Os grupos responsáveis por tais ações falaram, só os da polícia da ditadura - e colegas, não relatam - nem tudo o que eles disseram pode ser verdade. Algumas pessoas que, de outro lado, não o são, com certeza".

Sobre o que teria a tropa de Onofre e seu grupo [illegible] da ditadura.

"Por todos os Dossiês Abaixo, [illegible] OBAN e [illegible] [illegible] o [illegible] [illegible] o [illegible] [illegible] o

ATO.68.6,P.19/29

PROCESSO Nº 0139 / 96 , de 26/02/96.

REQUERENTE : IDALINA MARIA PINTO (ESPOSA)

DESAPARECIDO POLÍTICO : **ONOFRE PINTO**

Senhor Presidente,

A requerente, esposa do desaparecido, apresentou documentação que a habilita ao recebimento de indenização.

Às fls. 04, apresentou Certidão de Óbito lavrada no 17º Registro Civil das Pessoas Naturais-SP.

O desaparecido está relacionado no Anexo I da Lei nº 9.140/95, sob o nº 105, com a seguinte descrição:

" 105 - Onofre Pinto, brasileiro, nascido em 26 de janeiro de 1937 em Jacupiranga - SP, filho de Júlio Rosário e Maria Pinto Rosário. (1974)"

Para efeito de indenização em consonância com o artigo 11 e seus parágrafos, a requerente faz jus a importância de R$ 64.110,00 (sessenta e quatro mil, cento e onze reais), a qual se baseia nos seguintes cálculos:

ÉPOCA DO DESAPARECIMENTO	IDADE NA DATA DO DESAPARECIMENTO	EXPECTATIVA MÉDIA DE SOBREVIDA	VALOR ÚNICO (R$)	VALOR TOTAL INDENIZAÇÃO (R$)
1974	**47**	**21,37**	**3.000,00**	**64.110,00**

Registre-se, para efeito da aplicação da Lei que a requerente deverá ser indenizada no valor de R$ 100.000,00 (Cem mil reais) por força do dispositivo contido no artigo 11, § 1º da mencionada Lei.

Estas são as informações e valores que submeto a apreciação de V.Sa..

Brasília, 10 de junho de 1996

Argeu Ramos da Silva
Assessor Técnico da Comissão

ATO.68.6, p. 20/99

17

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
COMISSÃO ESPECIAL
LEI Nº 9.140/95

A Comissão Especial criada pela Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995, no uso da atribuição estabelecida no Inciso III do art. 4º, do citado Diploma Legal,

RESOLVE:

Deferir o requerimento formulado por IDALINA MARIA PINTO, com base no art.10 e seus parágrafos, ESPOSA de **ONOFRE PINTO**, conforme avaliação da documentação constante do Processo nº 0139 / 96 , de 26/02/96.

Em decorrência, a requerente poderá receber indenização a título reparatório a importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), conforme dispõe o art. 11 da referida Lei, após publicação de Decreto do Senhor Presidente da República.

Brasília, 10 junho de 1996.

Miguel Reale Júnior
Comissão Especial - Lei 9140/95
Presidente

ATO 68 (P.21/29

139 ok corp.

18

São Paulo, 11 de julho de 1996.

A/C SR. CRISTIANO MORINI
Comissão Especial Lei 9.140/95
Ministério da Justiça
Esplanada dos Ministérios - Anexo II, sala 621
CEP 70064-900 - Brasília - DF

Em resposta a sua correspondência de 1° de julho, gostaria de informar que possuo conta bancária em São Paulo, no banco 001 (Banco do Brasil), agência 1189-4 (Bernardino de Campos), conta n° 27.127-6.

Qualquer dúvida ou possíveis esclarecimentos, favor entrar em contato comigo através do endereço: Rua Santo Antônio, 1210 ap. 32 - São Paulo - SP - CEP 01314-001 ou pelo telefone: (011) 232-3719.

Atenciosamente,

Idalina Maria Pinto
IDALINA MARIA PINTO
viúva do desaparecido político Onofre Pinto

ATO 68 B.P. 22/29

19

DECRETO Nº 2.081 DE 26 DE NOVEMBRO DE 1996.

Concede indenização à família de pessoa desaparecida ou morta em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 2º do art. 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, e no parecer da Comissão Especial instituída pelo art. 4º da citada Lei,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam concedidas, na forma dos arts. 10 e 11 da Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, as indenizações aos beneficiários constantes do Anexo a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA MACIEL
Milton Seligman

Anexo

BENEFICIÁRIO	DESAPARECIDO OU MORTO	PARENTESCO	VALOR DA INDENIZAÇÃO R$
Elmo Moura Gomes, Maria da Conceição Mota da Silva e Ruiderval Miranda Moura	Lourival Moura Paulino	filhos	100.000,00
Felícia Mardini de Oliveira	Isis Dias de Oliveira	mãe	124.590,00
José Vasconcellos Santos	Joel Vasconcelos Santos	irmão	124.110,00
Aidinalva Dantas Batista	Uirassu de Assis Batista	mãe	124.110,00
Adonias Casimiro, Isaias Casemiro e Lady Cassemiro Alberico	Denis Casemiro	irmão	111.360,00
Albertino Orlando da Costa Américo Orlando da Costa Irene Orlando Leopoldino Orlando da Costa Roberto Orlando da Costa	Oswaldo Orlando da Costa	irmãos	100.000,00
Maristella Nurchis	Manoel José Nurchis	irmã	100.000,00
Afrânia Correia Souza Roseira, Elia Maria Correia Souza, Hortiz Correia Souza, José Antônio Correia de Souza, Josselina Correia de Souza Pereira e Olindina Correia de Souza	Rosalindo Sousa	irmãos	100.000,00
Orlando Tetsuo Kanayama	Suely Yumiko Kanayama	irmão	138.300,00
Dilson da Silva Pereira	Dermeval da Silva Pereira	irmão	111.360,00
Anita Rodrigues dos Reis	Paulo Mendes Rodrigues	irmã	100.000,00
José Alfredo Dias e Marina Dias Virginio	João Alfredo Dias	irmãos	100.000,00
Josineide Maria de Araújo	Pedro Inácio de Araújo	filha	100.000,00
Francisco Montenegro de Lima	José Montenegro de Lima	irmão	100.000,00
Idalina Maria Pinto	Onofre Pinto	cônjuge	100.000,00
Jocimar Souza Carvalho	Joel José de Carvalho	filho	111.360,00
Benedita Pinto de Castro	Antônio Teodoro de Castro	mãe	111.360,00
Maria de Lourdes Salazar e Oliveira	Ciro Flávio Salazar e Oliveira	mãe	111.360,00
Tânia Gurjão Farias	Bergson Gurjão Farias	irmã	124.110,00
Helenalda Resende de Souza Nazareth	Helenira Resende de Souza Nazareth	irmã	124.590,00
Gilka Maria Celestino da Silva	Paulo de Tarso Celestino da Silva	irmã	111.360,00
Julia Gomes Lund	Guilherme Gomes Lund	mãe	111.360,00
Victória Lavinia Grabois Olimpio	Mauricio Grabois	filha	100.000,00
Sadae Nakamura Okano	Issami Nakamura Okano	mãe	111.360,00
Luiz Lavecchia	José Lavechia	irmão	100.000,00
Maria Leonor Pereira Marques	Paulo Roberto Pereira Marques	mãe	124.110,00
Lidia Pratavieira Roman	José Roman	cônjuge	100.000,00
Maria Hilda da Silva Ferreira	Mariano Joaquim da Silva	filha	100.000,00
Joana Almeida	Luiz Vieira de Almeida	cônjuge	100.000,00
Regilena Carvalho Leão de Aquino	Jaime Petit da Silva	cônjuge	111.360,00
Virginia Ricardi Viana	Armando Teixeira Fructuoso	cônjuge	100.000,00
Ligia Villaça da Silva	Wilson Silva	mãe	100.000,00
Edwin Costa	Walkiria Afonso Costa	pai	124.590,00
Margarida Maria de Souza	Lúcia Maria de Souza	irmã	124.590,00
Consueto Ferreira Callado	Danuel Ribeiro Callado	pai	100.000,00
Ecila Francisca Massena Melo	João Massena Melo	cônjuge	100.000,00
Lorena Moroni Girão Barroso	Jana Moroni Barroso	irmã	124.590,00
Hildegard Beatriz Angel Bogossian	Stuart Edgar Angel Jones	irmã	111.360,00
Izaura de Souza Patricio	José Maurilio Patricio	mãe	111.360,00
Maria Helena da Costa Silva	Antônio de Pádua Costa	irmã	100.000,00
Maria Gertrudes Almada Rojas e Jane Valladão de Souza	Arildo Valadão	irmãs	124.110,00
Emilia Barreto Pereira	Tobias Pereira Junior	mãe	124.110,00
Adalcy Duarte Byrro Ribeiro	Walter de Souza Ribeiro	cônjuge	100.000,00
Alice Martins Mariuzzo, Ester Martins Donda, Maria Martins Pereira, Ernesto Martins e Olga Martins Torres	Nestor Vera	filhos	100.000,00
Leda Pimenta Pedreira Ferreira	Aluizio Palhano Pedreira Ferreira	cônjuge	100.000,00
Clotildio Bueno Calatrone e Osória de Lima Calatrone	João Gualberto Calatrone	pais	124.110,00
Sônia Maria Haas	João Carlos Haas Sobrinho	irmã	100.000,00
Paulo Maria Ferreira de Araújo	José Maria Ferreira de Araujo	irmão	111.360,00
Elizabeth Silveira e Silva	Luiz René Silveira e Silva	irmã	124.110,00
Epaminondas Lima Pisuhy Dourado, Maria do Socorro Dourado Gentil e Sabino de Lima Pisuhy Dourado	José Lima Pisuhy Dourado e Nelson Lima Pisuhy Dourado	irmãos	111.360,00 100.000,00
Norma Disney Soares de Freitas	Carlos Alberto Soares de Freitas	irmã	100.000,00
Maria Rosa Campos Magalhães	Antônio Joaquim de Souza Machado	irmã	100.000,00
Igor Grabois Olimpio	Gilberto Olimpio Maria	filho	100.000,00
Felipe de Santa Cruz Oliveira	Fernando Augusto de Santa Cruz Oliveira	filho	111.360,00
Suzana Keniger Lisbôa	Luiz Eurico Tejera Lisbôa	cônjuge	124.110,00
Elena Gibertini Castiglia	Libero Giarcarlo Castiglia	mãe	111.360,00
Yelva Lemos da Silva	Kleber Lemos da Silva	tia	111.360,00
Eliete Santos Delgado	Iêda Santos Delgado	irmã	124.590,00
Lilian Clotilde Ruggia	Enrique Ernesto Ruggia	irmã	137.220,00
Maria Aracelia Adur	Jorge Oscar Adur	irmã	100.000,00
Florinda Castro	Norberto Armando Habegger	cônjuge	100.000,00
Magda Cristina de Carvalho	Daniel José de Carvalho	filha	111.360,00
Mário Rocha Filho	João Leonardo da Silva Rocha	irmão	100.000,00
Nelson Beck Machado, Orlando Beck Machado e Roberto Beck Machado	Márcio Beck Machado	irmãos	111.360,00
Francisco Mariani Guariba Neto e João Vicente Ferreira Telles Guariba	Heleny Ferreira Telles Guariba	filhos	124.590,00
Célia Pereira	Hiram de Lima Pereira	cônjuge	100.000,00
Oneide Martins Rodrigues	Antônio Alfredo Lima	cônjuge	100.000,00
Jandira de Jesus e Ismail Augusto da Silva	Ismael Silva de Jesus	pais	137.220,00
Denize Peres Chrisptim	Eduardo Leite	cônjuge	124.110,00
Nadejda Rodrigues Marques	Jarbas Pereira Marques	filha	124.110,00
Gilberto Carvalho Molina	Flávio Carvalho Molina	irmão	124.110,00
Gertrud Mayr Carlos Henrique Mayr	Frederico Eduardo Mayr	pais	124.110,00
José de Oliveira Leme e Egle Maria Vannucchi Leme	Alexandre Vannucchi Leme	pais	124.110,00
Ivan Akselrud de Seixas	Joaquim Alencar Seixas	filho	100.000,00
Maria Madalena Prata Soares	José Carlos Novaes Mata Machado	cônjuge	111.360,00

ATO 686 p. 23/29

a/C Sr. Gustavo Morini.

Comissão Especial lei 9.140/95

Ministério da Justiça

Esplanada dos Ministérios - Anexo II, sala 621

Brasília - DF

CEP 70064-900

VILA BUARQUE - SÃO PAULO-SP - 12 VII 96

BRASIL CORREIOS R$ =02,15

IB-102347 F-27398

RR 1 9 2 8 2 7 7 4 2 BR

75250085-6

Idalina Maria Pinto
Rua Santo Antonio 1210 ap. 32
CEP 03314-001 - São Paulo - SP

ATD. 68.69 p. 24/89

ATO.68.6 | P.25/29 OB - 405

SERVICO PUBLICO FEDERAL
SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

21

N O T A D E E M P E N H O

PAGINA:

EMISSAO : 18Nov96 NUMERO: **96NE00282** ESPECIE: **EMPENHO DE DESPESA**
EMITENTE : 200001/00001 - GABINETE DO MINISTRO - MJ
CGC : 00394494/0001-36 FONE:
ENDERECO : ED. SEDE 4. ANDAR SALA 413 - ESPLMINISTERIOS
MUNICIPIO: 9701 - BRASILIA UF: DF CEP: 70064-000

CREDOR : **856882668-72 - IDALINA MARIA PINTO**
ENDERECO : R. ST. ANTONIO, 1210, AP.32 SAO PAULO
MUNICIPIO: 7107 - SAO PAULO UF: SP CEP: 01314-001

OBSERVACAO / FINALIDADE
PARA PAGAMENTO DE INDENIZACAO à FAMILIA DE DESAPARECIDO POLÍTICO.

CLASS: 1 30101 020810183164000 53 507270 0100000000 349093 000000 103A

TIPO : ORDINARIO MODALIDADE DE LICITACAO: **NAO SE APLICA**
AMPARO: INCISO: PROCESSO: 023318/96-67
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: SP / 7107
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA DA DISPENSA :

VALOR EMPENHO : **100.000,00**
CEM MIL REAIS**********
****
****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ITEM: 001 VALOR DO ITEM : 100.000,00

VALOR QUE SE EMPENHA EM FAVOR DO CREDOR ACIMA, PARA CONCESSAO DE INDENIZACAO à FAMILIA DE PESSOA DESAPARECIDA OU MORTA, EM RAZAO DE PARTICIPACAO, OU ACUSACAO DE PARTICIPACAO, EM ATIVIDADES POLITICAS, NO PERIODO DE 02 DE SETEMBRO DE 1961 A 15 DE AGOSTO DE 1979, CONFORME DECRETO NR. 2081, DE 26.11.96.

T O T A L : 100.000,00

JOSE GREGORI

TERESA RODRIGUES DE LIMA

ATO 68.6, p. 26/29

22

SIAFI96-DOCUMENTO-CONSULTA-CONOB (CONSULTA ORDEM BANCARIA)

06/01/97 10:09 USUARIO : CLEUSA

DATA EMISSAO : 23Dez96 TIPO DE OB : 12 NUMERO : 960B00405

UG/GESTAO EMITENTE: 200001 / 00001 - GABINETE DO MINISTRO - MJ

BANCO : 001 AGENCIA : 36064 CONTA CORRENTE : 997380632

FAVORECIDO : 856882668-72 - IDALINA MARIA PINTO

BANCO : 001 AGENCIA : 11894 CONTA CORRENTE : 271276

NUMERO BANCARIO : 004454322-0 RE00222 PROCESSO : 023518/96-67

INVERTE SALDO : NAO VALOR : 100.000,00

OBSERVACAO

PAGAMENTO DE INDENIZACAO A FAMILIA DE DESAPARECIDO POLITICO.

EVENTO	INSCRICAO 1	INSCRICAO 2	CLASSIF.1	CLASSIF.2	V A L O R
510204	96NE00282	017000000	334909301	418000000	100.000,00

LANCADO POR : 09660283172 - CLEUSA UG : 200001 23Dez96 16:20

PF1=AJUDA PF3=SAI PF4=ESPELHO PF12=RETORNA

L=01 C=01 05:12

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRACAO FINANCEIRA
0.12361.CS

DATA-REFERENCIA - 23/12/96
96RE00222

R E L A C A O D A S O R D E N S B A N C A R I A S E X T E R N A S

UNIDADE GESTORA - 200001 GABINETE DO MINISTRO - MJ
BANCO - 001 BANCO DO BRASIL S.A.

GESTAO - 00001 TESOURO NACIONAL
AGENCIA- 36064 PRES.DA REPUBLICA

NUMERO BANCARIO	NUMERO DA OB	TIPO OB	F A V O R E C I D O	BANCO AGENCIA	CONTA	V A L O R	INDICACAO DE CANCELAMENTO
004454322-0	405	12	IDALINA MARIA PINTO	001/11894	271276	100.000,00	.....
TOTAL R$		100.000,00	CEM MIL REAIS**********				

AUTORIZO O BANCO DO BRASIL EFETIVAR OS PAGAMENTOS ACIMA RELACIONADOS, EXCETUANDO AQUELAS OBS CANCELADAS.

DATA 23/12/96 - LOCAL - -DF

JOSE GREGORI
- ORDENADOR P/ ASSINATURA -

TERESA RODRIGUES DE LIMA
- RESP. SETOR FINANCEIRO -

PROTOCOLO
24 DEZ 1996

ATO 686 de 23/12/96

ATO.68.6, p. 28/29

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Órgão

Folha Nº

Processo Nº

Rubrica

24

À SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO
CISET - M.J.
GM/MJ, em 31/01/97.

Teresa Rodrigues de Lima
Chefe Serv. de Exec. Orç. Fin. P/GM/MJ

ATO 68.6, p 29/29

Secretaria de Controle Interno - MJ
SISTEMA DE CONTROLE DE PROCESSOS DE PAGAMENTO
ESPELHO DO DOCUMENTO

DATA : 04/02/97

13

NUMERO : 08000.023518/96-67

UG : 200001 - GABINETE DO MINISTRO

GESTAO : 00001 - TESOURO NACIONAL

FAVORECIDO : IDALINA MARIA PINTO

ASSUNTO : 34909301 - INDENIZACOES

MODALIDADE
DE LICITACAO : 8 - NAO APLICAVEL

CONFORMIDADE : 23/12/96 ENTRADA : 03/02/97

SITUACAO : 1 - EM ANALISE ( )

INFORMACAO :

ARQUIVE-SE

VERIFICADO
CONTÁBILMENTE
04/02/97
Responsável

ANALISADO POR:

MATRICULA : 3013090

NOME : CELIA VIEIRA F. LOPES

DATA : _____/_____/_____

VISITADO POR : GEORGE FRANK SANTANA DATA : _____/_____/_____

Celia Vieira F. Lopes
Analista de Finanças e Controle
Matr 3.013.090-5